



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PROTOCOLO Nº 2678/19

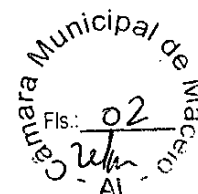
07 MES 08 ANO 19

*Leino*

ASSINATURA

## CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO

PROJETO DE LEI Nº 99 /2019



**“INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, O  
“DIA DO JORNALISTA ALAGOANO””.**

### A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL DECRETA:

**Art. 1º** - Fica instituído, no Município de Maceió, o “Dia do Jornalista Alagoano”, a ser celebrado no dia 25 de junho, anualmente;

**Art. 2º** - O “Dia do Jornalista Alagoano” tem como objetivos:

I – Homenagear o trabalho dos jornalistas alagoanos;

II – Valorizar e respeitar o trabalho desses profissionais, responsáveis por apurar fatos e informar a população alagoana;

III – Reconhecer e defender os direitos dos jornalistas em nosso estado.

**Art. 3º** - O “Dia do Jornalista Alagoano”, de que trata esta Lei, passa a integrar o calendário oficial do município.

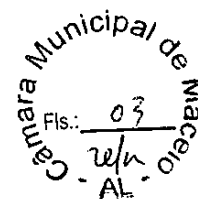
**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, em 01 de agosto de 2019.

*Anivaldo da Silva Lobão*

**ANIVALDO DA SILVA LOBÃO**  
Vereador





## CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO

### JUSTIFICATIVA

#### OBJETIVO

Tenho a honra de submeter à apreciação desta egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei que visa instituir o "Dia do Jornalista Alagoano" em Maceió.

O Projeto de Lei tem como objetivo homenagear, valorizar e defender os direitos dos profissionais do jornalismo em nosso Estado.

Os Jornalistas são responsáveis por apurar fatos e levar as informações sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais para a população, de maneira imparcial e ética. Seja no rádio, televisão, jornais impressos e internet, prestam serviço de extrema importância, mantendo as pessoas informadas, com imparcialidade e por meio de fontes confiáveis.

Considerando a importância desses profissionais para a população, proponho este Projeto de Lei.

#### POSSIBILIDADE JURÍDICA DE LEGISLAR:

É de se observar que o art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988 outorga aos Municípios a atribuição de legislar sobre assuntos de interesse local. Há no âmbito municipal, amparo jurídico para legislar tal matéria, tendo em vista que a Lei Orgânica do Município de Maceió, em seu art. 6º, inciso III, confirmou esta competência legislativa.

A Lei Ordinária mostra-se como instrumento normativo adequado para o tratamento da matéria. A iniciativa desta proposição compete, conforme art. 190, inciso II, "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, ao Vereador.

Neste sentido, conto com o apoio dos Nobres Vereadores para aprovação do presente projeto de Lei.

